

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.932 - SP (2019/0182952-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **JOSÉ MARIA SCOTON**
AGRAVANTE : **EVERALDO TOZZI**
ADVOGADOS : **WINSTON SEBE - SP027510**
 ANDRÉ LUIZ MILANI COELHO - SP278703
AGRAVADO : **MARIO ANTONIO BUENO DE GODOY**
ADVOGADOS : **JONAS PEREIRA FANTON - SP273574**
 MURILO CERDEIRA PIRES - SP349500
INTERES. : **SUPERMERCADOS CAVICCHIOLLI LTDA**
ADVOGADO : **ALEXANDRE MALDONADO DAL MAS - SP108346**

DECISÃO

1. Trata-se de agravo interposto por JOSÉ MARIA SCOTON contra decisão que inadmitiu recurso especial, com fulcro no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Execução por título extrajudicial (contrato de trespasse de estabelecimentos comerciais). Embargos da devedora. Destituição, após a sentença de primeiro grau, do advogado que patrocinou os interesses dos credores- exequentes. Acordo celebrado entre as partes depois do julgamento de apelação interposta pelos credores, representados estes por novos patronos. Negativa de homologação, com determinação de que os advogados pactuem a distribuição dos honorários sucumbenciais entre o antigo e os novos patronos. Agravo de instrumento do causídico destituído.

Direito ao recebimento de honorários em valor proporcional ao trabalho realizado, o que deve ser decidido nos próprios autos dos embargos, pelo Juízo da execução, que é o competente para apreciação da matéria. Não haveria sentido, efetivamente, em remeter os advogados às delongas de outra ação se, nos autos dos embargos à execução e nos dos recursos interpostos contra a negativa de homologação, já houve o devido contraditório e a questão está madura para decisão. Princípios da celeridade e da economia processuais. Ausência, ademais, de prejuízo ao recorrente caso, na origem, seja homologada a avença, posto que ineficaz face ao causídico que dela não participou, consoante disposto no § 4º do art. 24 da Lei 8.906/94.

Agravo de instrumento parcialmente provido, com determinação.

Nas razões do especial, alega-se violação do art. 502 do Código de Processo Civil e art. 421 do Código Civil, bem como dissídio jurisprudencial.

Decido.

2. A irresignação não merece prosperar.

Superior Tribunal de Justiça

Observa-se que a matéria relativa aos artigos tidos por violados não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido, uma vez que nada foi dito a respeito da coisa julgada, tampouco sobre a liberdade de contratar.

A inexistência de carga decisória a respeito da matéria impede que ela seja apreciada na presente via recursal, tendo em vista a falta de prequestionamento (Súmula 211/STJ).

Por outro lado, o Superior Tribunal de Justiça não reconhece o prequestionamento pela simples oposição de embargos de declaração. Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial alegando-se afronta ao art. 1.022 do CPC, o que, no caso, não ocorreu.

A propósito:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. - LIQUIDAÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS PROPORCIONAIS ÀS COTAS INVENTARIADAS - HERDEIROS SÓCIOS EM CONDOMÍNIO - CABIMENTO - PRESCRIÇÃO DO DIREITO - NÃO OCORRÊNCIA.

(...)

04. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei.

(...)

06. Recurso especial não provido.

(REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017)

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator